



2003/10/10

TIPOLOGIAS DE GUERRA

Fransisco Proença Garcia

“Talvez a Guerra não vos interesse, mas a Guerra interessa-se por vós”. (Trotsky) **INTRODUÇÃO** Este ensaio está organizado em quatro partes distintas mas interrelacionadas, iniciando-se com uma breve descrição dos estudos sobre a guerra como fenómeno científico passando depois para um enunciar de situações de violência global permanente ao longo de todo o século XX. Em terceiro lugar descrevemos as tipologias e o espectro da guerra à luz dos conceitos tradicionais adoptados nas escolas militares nacionais, e por fim enunciamos apenas mais algumas tipologias não abrangidas naquele espectro e que hoje estão mais em voga. **O ESTUDO DA GUERRA COMO MÉTODO CIENTÍFICO** Desde o início dos tempos que ocorreram guerras em todas as partes do mundo. Este tema que inspirou a literatura, a arte e a música tem sido uma preocupação de longa data também entre os historiadores, analistas, políticos e militares. A Arte da Guerra de Sun Tzu, constitui o mais antigo tratado da guerra de que se tem conhecimento. Esta obra permanece actualizada, pois neste início de século e de milénio onde impera a tecnologia, inúmeros conflitos se disputaram/disputam baseados em técnicas muito simples perfeitamente decalcadas dos ensinamentos de Sun Tzu enunciados 500 anos a.c. [2]. Podemos considerar que o estudo da guerra com método científico surge apenas no século XIX. Os esforços pioneiros de Ivan Bloch [3] no final daquele século, e de Pitirim Sorokim [4] e Quincy Wright [5] já na primeira metade do século XX, ajudaram a efectuar a transição das promessas de Condorcet e de Buckle, para o movimento de investigação científica da paz marcado pela obra de David Singer *Quantitative International Politics: Insights and evidence* [6]. A abordagem estatística da guerra, serve sobretudo para a criação de modelos de análise que ajudem a compreender o fenómeno que se apresenta como a manifestação da violência em cada época histórica que também é determinada pela organização social e respectiva base técnica. David Singer e Melvin Small [7], numa das mais completas tentativas de reunião de dados entre 1816 e 1965, concluem: Nos anos considerados, 60% das guerras entre Estados envolveram pelo menos um grande poder. Jack Levy [8] em 1983 também efectuou estudos semelhantes e começou por definir grande poder (com dificuldades, dada a multiplicidade de abordagens possíveis) e enumerou as guerras em que os grandes poderes participaram. Uma vez aceite o seu critério, apesar de tudo, obtém-se uma base minimamente sólida para reunir dados estatísticos. No estudo de Jack Levy, os dados abarcam as guerras que provocam mais de mil mortos militares em combate, sendo também só consideradas as guerras que têm implicações nas áreas metropolitanas, excluindo os conflitos coloniais. Este autor procura elaborar um padrão para um tipo particular de conflitos essenciais a fim de se compreender o sistema dos grandes poderes. Desde 1495 até 1974, por cada época histórica, Jack Levy identifica pelo menos 4 e no máximo 8 grandes poderes. Com o seu critério detecta 119 guerras, onde se envolveu pelo menos um dos grandes poderes. De entre elas destacam-se a guerra dos 30 anos, Sucessão de Espanha e da Áustria, a guerra dos 7 anos, as guerras napoleónicas e as duas Grandes Guerras. Tendo como índices de medida a magnitude, a severidade e a intensidade [9] desses mesmos conflitos, Jack Levy concluiu que em mais de metade dos anos registou-se, pelo menos, uma guerra que envolvia um dos grandes poderes – ou seja, trata-se de um fenómeno normal e frequente. Durante estes 5 séculos, a média de baixas militares só neste tipo de guerras foi de 6500 mortos por ano. Se a análise for efectuada tendo em consideração apenas o critério da severidade das guerras, detecta-se um padrão muito diferente dos conflitos em cada período histórico. Entre 1700 e 1815, os períodos de paz são raros e curtos, duram no máximo 5 anos, sendo registados conflitos em três quartas partes daquele período temporal, marcado pela luta pela hegemonia global entre a França e a Inglaterra. São 4 os grandes conflitos que se destacam com baixas superiores a 100 mil (guerra dos 7 anos – 992 mil), terminando o período com as guerras napoleónicas, as mais intensas até então, provocando 2,5 milhões de baixas militares em 23 anos. Daniel Geller e David Singer surgem-nos em 1998 com um detalhado estudo intitulado *Nations at War – A Scientific Study of International Conflict* [10]. Neste estudo os autores procuram uma explicação para a guerra na política internacional apoiada em bases de dados elaboradas a partir de estudos empíricos. O objectivo que presidiu a esta obra, foi o de gerar uma série de leis e probabilidades desenhadas a partir de regularidades empíricas consistentes e em múltiplos níveis de análise. A investigação é centrada a quatro níveis de análise: o Estado, relação dual de Estados que entram em conflito, as regiões e o sistema internacional, sendo ainda analisados os modelos de decisão (racional e irracional). A violência global permanente O Congresso de Viena que instituiu o Sistema de Congressos marca o início de um longo período de hegemonia inglesa, em que os Estados vão estar sobretudo preocupados com a revolução industrial. Na primeira metade do século são poucos os conflitos entre os grandes poderes. Na segunda metade a grande preocupação vai para as inúmeras intervenções inglesas e francesas para conter ambições russas e austríacas em relação ao império Otomano, base originária da guerra da Crimeia (1853/1856) que provocou 270

mil baixas militares. Com o emergir de novos poderes (EUA, da Itália, da Alemanha unificada e do Japão) o sistema internacional evolui de unipolar para multipolar. Com o novo sistema surge também um novo padrão de conflitos entre os grandes poderes; estes passam a ser mais frequentes, mais rápidos, mas com menos baixas. O conflito mais intenso neste período foi a guerra franco-prussiana, que provocou 180 mil baixas militares. Na segunda metade do séc. XIX os grandes poderes empenham-se nas guerras do império, com as campanhas de pacificação após Berlim. São guerras por norma, numerosas, curtas e pouco intensas. O século precedente iniciou-se com a guerra dos Boers (1899-1902), depois e no imediato, a russo-japonesa (1904-1905), seguida da guerra italo-turca (1911, ocupação da Tripolitânia na Líbia), e por fim as guerras balcânica. As rivalidades entre os grandes poderes, e o agudizar dessas rivalidades conduza a um novo período de guerras globais que se estende de 1914 a 1945. Neste período que marca a transição da hegemonia inglesa para a americana, surgem duas Grandes Guerras. A 1ª com 7,7 milhões de baixas militares em cinco anos, o triplo das napoleónicas (dez vezes mais em termos de média anual) e a 2ª com 12,9 milhões de baixas militares. No período de paz tensa entre as duas Grandes Guerras surgiram inúmeros pequenos conflitos. Em 1919, entre a Turquia e a Grécia, depois em 1926-1937, a guerra civil chinesa, ano em que se inicia também a guerra com o Japão. Em 1936 a guerra na Etiópia ao mesmo tempo que a Espanha entra em guerra civil. O pós segunda Guerra Mundial é caracterizado pela rivalidade da guerra-fria; rivalidade entre os grandes poderes no campo económico, ideológico e político, constituindo a força militar um dissuasor. Este período é caracterizado pelos inúmeros conflitos nas zonas de confluência dos interesses das grandes potências, que se enfrentavam por locução interposta. Era no fundo uma verdadeira **Terceira Guerra Mundial**. Guerra que começa na Coreia, e que continua com as guerras de “libertação” na Indochina, Argélia, Angola, etc. No Médio-Oriente foram as guerras entre árabes e israelitas em 1948, 1956, 1967, 1973, 1982. Nesta região ainda hoje persiste a guerra entre palestinianos e israelitas. Os EUA enfrentaram a guerra do Vietname, de 1964 a 1973, e em 1979, a União Soviética invade o Afeganistão onde permanecerá 10 anos, favorecendo o emergir de um sentimento, mais tarde movimento islamista internacional de *freedom fighters* e/ou de terroristas anti-ocidentais, conforme se queira ver. Na América Latina foram sucessivos os Golpes de Estado bem como a instalação de um clima de violência quase generalizado. Nos anos oitenta (1982) a Argentina inclusivamente desafiou uma potência europeia (Reino Unido) na guerra das Malvinas/Falkland. Entre 1979 e 1989 iranianos e iraquianos enfrentaram-se na 1ª Guerra do Golfo; em 1990, é formada uma coligação internacional contra o Iraque. Em África não se evitam as inúmeras guerras civis (Angola, Chade, Libéria, Moçambique, Serra Leoa, Congo, Rwanda, Costa do Marfim, Guiné-Bissau); na Ásia a revolta Tamil no Sri-Lanka, os sucessivos conflitos entre a Índia e o Paquistão, onde existe a ameaça nuclear; as acções de afirmação/imposição de soberania na Indonésia (Timor Leste e Acheh), para novamente nos anos noventa a guerra voltar à Europa, nos Balcãs. No fundo, o séc. XX, foi um século repleto de violência com perto de 200 milhões de baixas provocadas por uma centena de guerras [11], sendo a arma mais mortífera a AK 47/74 Kalashnikov. Se após Vestefália, mas sobretudo após o Congresso de Viena, o Estado era o detentor do monopólio da utilização da violência legítima, a partir da década de noventa do séc. XX, as guerras surgem com outras características. Tornaram-se cada vez menos entre Estados [12] e mais internas, infra-Estado, verificando-se uma extrema plasticidade dos seus actantes, assemelhando-se muitas vezes a uma luta de morte, pela sobrevivência, sem regras, sem objectivos claramente definidos, por vezes podemos mesmo dizer, totalmente irracional, considerando Alain Bauer e Xavier Raufer um novo tipo de guerra, a guerra caótica, poluída, penetrada pelo crime organizado, pelo terrorismo e pelo tribalismo [13]. Este terceiro milénio continua cheio de incertezas. São evidentes as mudanças profundas da conjuntura internacional. Com a implosão a Leste, o Mundo deixou de ser bipolar; geopoliticamente falando, ficou privado de sentido, como sublinhou Zaki Laidi [14]. A ameaça que estava bem definida desapareceu, dando lugar a um período de anormal instabilidade, com uma ampla série de focos de convulsão regionais e múltiplos radicalismos, riscos e perigos, uns novos, outros antigos que apenas subiram na hierarquia das preocupações dos Estados. A instabilidade é igualmente criada pelos novos tipos de ameaças e riscos, alguns já hoje manifestos, outros larvares. Já não é a “guerra irregular” típica do anterior sistema internacional; é a violência assimétrica permanente, sem uma origem clara, que pode surgir em qualquer lugar, típica do mundo tendencialmente unipolar do pós-guerra fria [15]. Num mundo hoje marcado pela volatilidade identitária [16], as zonas de interesse estratégico fundamentais alteraram-se, e passaram a ser aquelas capazes de exportar a sua própria instabilidade [17], e as guerras passaram a ser uma mistura explosiva de aleatório e de determinismo [18]. As novas guerras surgirão na procura de acesso a um recurso escasso, como a água ou mesmo a informação. Segundo Jacques Sapir [19] assistiremos a guerras que utilizarão vírus ou programas informáticos para bloquear os sistemas de comunicação e transmissão de dados; a guerras provocadas pela alteração de relação de forças entre actores não estaduais e os Estados; a guerras financeiras com o objectivo de desequilibrar o mercado e as guerras contra grupos criminosos, deixando o Estado de possuir o monopólio do uso da violência. Tipologias e espectro da Guerra São inúmeros os critérios de classificação das guerras. Gaston Bouthol [20] adopta uma tipologia política e classifica as guerras como

internacionais – oposição entre dois grupos soberanos, ou civis – pertença a um mesmo Estado no momento em que se inicia o conflito. Um outro critério deste autor é psico-político, fundamentado na intenção psicológica atribuída aos protagonistas, em que as guerras são classificadas como ofensivas, defensivas, preventivas, de nervos e paz armada. Este autor adopta ainda um terceiro critério relacionado com o processo de desenvolvimento das mesmas e de mentalidades: Primitiva, de cortesia, nacional e imperial. Porém, apesar dos inúmeros critérios possíveis para tipificar, caracterizar, estudar, ou mesmo descrever o fenómeno da guerra, neste ensaio consideramos os conceitos adoptados nas escolas militares portuguesas, onde guerra é entendida como a “(...) violência organizada entre grupos políticos, em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim político, dirigida contra as fontes de poder do adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e azares (...)” [21]. Esta definição do General Abel Couto, parece-nos suficientemente abrangente, contudo podemos encontrar situações em que seja utilizada a violência organizada e não se considere uma guerra em si. Estas situações são por vezes designadas como diplomacia coerciva ou da violência [22]. No tradicional espectro da guerra, as guerras podem ser classificadas como entre unidades políticas ou no interior das mesmas, ou seja, internacionais ou internas. Dentro desta tipologia podemos considerar todo um conjunto de formas [23] que as guerras podem assumir. Nas guerras internacionais, as formas de guerra variam em função do grau de intensidade de emprego da violência. Estas formas possuem características políticas, psicológicas e técnicas específicas, e o espectro subdivide-se em guerra fria e guerra quente. Devemos no entanto estar cientes que a linha de fronteira entre uma tipologia e outra é muito ténue, sendo frequente surgirem combinações entre elas. A expressão *guerra fria* foi divulgada pelo jornalista Walter Lippmann, mas terá sido utilizada pela primeira vez pelo conselheiro económico do presidente Roosevelt, Bernard Baruch. Inclui a gama de acções em que a coacção reveste as formas de acção política, económica e psicológica, combinada com a ameaça potencial de acção militar. Na guerra quente considera-se a guerra clássica ou convencional, e a guerra nuclear. A primeira inclui o emprego de meios militares e por vezes com ameaças do emprego de meios nucleares; a segunda, envolve o emprego efectivo de armas nucleares de natureza táctica (limitada) ou sem restrições (ilimitada), recorrendo aqui as unidades políticas ao emprego da força sem limites. Assim, há também um critério que permite considerar as guerras limitadas ou não limitadas; limitadas sobretudo quanto à utilização dos meios, aos objectivos e ao espaço geográfico. Quanto às guerras internas são consideradas: a guerra subversiva, a revolta militar, o golpe de estado e a revolução e a guerra civil. A **guerra subversiva** surge nos manuais militares [24] como a luta conduzida no interior dum território, por parte da população, ajudada e reforçada ou não do exterior, contra a autoridade de direito ou de facto, com o fim de, pelo menos paralisar a sua acção. É prolongada, metódica e com o objectivo de conquistar o poder. A subversão, que pode ser entendida como uma técnica de **assalto ou de corrosão dos poderes formais, para cercear a capacidade de reacção, diminuir e/ou desgastar, e pôr em causa o Poder em exercício, mas nem sempre visando a tomada do mesmo** [25], nem sempre conduz à guerra subversiva, mas antecede-a e/ou acompanha-a, e em regra trava-se no plano militar sob a forma de guerrilhas. No desenvolvimento da guerra subversiva, em princípio, distinguem-se 2 períodos e 5 fases [26], de limites mal definidos, frequentemente indistinguíveis, são eles o período pré-insurreccional, que compreende a fase preparatória e a fase de agitação, e o período insurreccional, que compreende a fase armada (de terrorismo ou guerrilha), a de Estado Revolucionário e a fase final. O seu valor é relativo pelo que os conflitos devem ser estudados casuisticamente, pois a implantação das mesmas fases pode não ser simultânea, na totalidade do território-alvo, procurando, em todo o caso, respeitar a lógica do esquema e evitar ser detida na transição do Estado pré-insurreccional para o insurreccional. A **revolta militar** é Levantamento militar, em que a totalidade ou uma fracção importante das forças militares procura derrubar pela força o Poder estabelecido. O **golpe de estado** surge como uma acção clandestina dum grupo restrito (elite) contra o Poder estabelecido e em que aquele grupo, actuando com rapidez (o planeamento pode ser demorado) e aniquilando ou neutralizando determinadas personalidades “de chefia”, consegue a tomada técnica do Poder. A **revolução** emerge de um levantamento popular súbito, breve, aparentemente sem controlo e, por norma, não planeado. As **guerras civis** não são um fenómeno recente. A rebelião Tai Ping na China (1859-1864) provocou algo como 30 milhões de baixas. Porém, a visibilidade destas guerras é mais notória a partir de 1945. Nos anos 80 do séc. XX iniciaram-se 28 guerras civis, a que podemos adicionar mais 6 que transitaram da década anterior; e nos anos 90 do mesmo século, 40 unidades políticas viram-se envolvidas neste tipo de conflito. A disputa pelo Poder esteve sempre patente [27]. Nestas guerras, parte da população de um determinado Estado entra em luta contra o governo estabelecido desse Estado. Uma das partes procura o reconhecimento do estatuto de beligerante com todos os privilégios de soberania associados, como enviar uma delegação para negociações e pedir protecção ao abrigo de convenções internacionais. As maiores vítimas destas guerras são os civis inocentes, que representam mais de 90% das baixas, e os refugiados e deslocados que na década de 70 do século passado eram cerca de 2,5 milhões, e na de 90 eram já mais de 23 milhões [28]. Apesar de internas, há no entanto uma tendência crescente para a internacionalização destas guerras [29]:

18% entre 1919/1939, 27% entre 1946/1965, 36% entre 1966/1977. As guerras civis podem assumir um cariz étno-político ou de secessão. As de cariz étno-político, proliferaram na década de noventa do século passado. Lembramos que o que por vezes parece étnico pode apenas reflectir movimentos sociais mais profundos relacionados com o território, Poder ou controlo político ou de recursos naturais, (Zaire/Uganda/Ruanda/Burundi). A linha de fractura pode ter sido étnica, onde as pessoas mostram o seu descontentamento por uma Unidade Política que não foi capaz, ou não quis satisfazer as suas expectativas, e em que confiavam para defesa dos seus interesses. Na década de noventa do século XX, 19 das 34 maiores guerras civis visaram a secessão. É previsível a conjugação de guerras civis e de terrorismo utilizando armas ultramodernas (inclusive NBQ), que venham a incrementar o número de baixas. **Outros tipos de Guerra** Para a análise das novas tipologias de guerra é útil reler o livro de Alvin e Heidi Toffler, *Guerra e anti-guerra* [30], de 1994. Aí anunciaram a divisão tripartida do mundo e das guerras em vagas: A vaga das “guerras agrárias”, típica do período das revoluções agrárias; a vaga das “guerras industriais”, produto da revolução industrial, e por fim a vaga da “guerra da informação”, resultante da revolução da informação e do conhecimento. Esta última está reservada aos EUA e seus eventuais aliados. Com o marco simbólico da queda do muro de Berlim, a comunidade internacional, habituada a um equilíbrio de terror, é forçada a reconhecer a importância de outros actores do Sistema Internacional, o que em nosso entender também leva a que hoje os conflitos já não possam ser apenas analisados em função do papel exclusivo do Estado e da relação de forças entre as superpotências na cena internacional. Foi necessário criar uma nova leitura das situações, o que não implica que tenhamos forçosamente de substituir as tipologias; as “velhas” devem de facto servir de ponto de partida. Nos novos conflitos, o actor Estado está mais autónomo, bem como os actores infra-estatais o estão em relação ao Estado. A perda do monopólio do emprego da violência legítima por parte do Estado já não é uma novidade histórica, isto apesar de a historiografia recente nos ter habituado ao contrário. A admissão deste facto não é fácil, pois as nossas referências são colocadas em causa. Através do fundamental estudo da História Militar verificamos que por exemplo no século XIX, como veremos, havia actores não estatais (partidos, combatentes irregulares, nações reivindicadoras de espaços de identidade) que utilizaram a violência na cena internacional; porém as teorias clássicas não os consideravam como actores mas sim como elementos com práticas desviantes, perturbadores da ordem estabelecida através das suas “espécies de guerra”, na classificação de Jomini [31]. No pós Segunda Guerra Mundial, essas guerras menores começaram a ser frequentes, ficando o confronto entre Estados para segundo plano. Os conceitos ressurgidos das guerras de libertação, guerras revolucionárias, guerras de pessoas, etc., tornaram muito ténue a fronteira entre o interno e internacional, havendo um amplo leque de tonalidades de transição e, em muitos casos, nem sequer é possível dizer se estamos perante uma guerra interna ou internacional. Hoje, nas sociedades da terceira vaga, podemos considerar que o espectro tradicional da guerra evoluiu, não quanto às tipologias propriamente ditas, nem quanto às formas de guerra nelas inseridas, mas sobretudo na terminologia aplicada, que por vezes apenas atribui ao mesmo objecto uma “designação nova”, pois também estamos intoxicados com o pensamento padronizado do agrado dos *media*. Neste estudo, apesar da diversidade de tipologias possíveis de enunciar, atrevemo-nos a considerar apenas mais algumas não abrangidas pelo espectro tradicional da guerra como:

Guerrilha – Guerrilha, etimologicamente, significa pequena guerra. Considera-se que já César enfrentara a luta de guerrilhas nas Gálias e na Grã-Bretanha. A divulgação do termo ocorre a partir da luta dos guerrilheiros espanhóis contra os exércitos invasores de Napoleão I. Quanto a Portugal, ficaram conhecidas as “guerrilhas” do Remexido do Algarve, dos marçais de Foz Côa, e no último quartel do século XX, durante a guerra colonial, as Forças Armadas portuguesas enfrentaram movimentos independentistas que utilizavam sobretudo a guerrilha como técnica, adaptada às possibilidades psicológicas, geográficas e políticas e a uma relação de forças [32]. A guerrilha na realização de operações militares emprega determinado tipo de meios e processos com um carácter restrito. As circunstâncias e os meios são determinantes para o coeficiente de agressividade destas guerras. A guerrilha só sobrevive devido à sua grande mobilidade e maleabilidade. Na fase armada da guerra subversiva (terrorismo ou guerrilha), a guerrilha emerge como técnica de tomada do Poder e, se necessário ou útil, usa o acto do terror. Através das suas actuações, que na maioria das vezes são espectaculares, procura instaurar o clima psicológico, fomentar a agitação geral, mantendo a excitação emocional, e, se possível, a anarquia, tentando também provocar a reacção repressiva, criando mártires e preparando a subversão para provocar a unidade defensiva dos grupos visados. Tais situações, se retransmitidas amplamente pelos *media* numa engenharia de opinião, podem criar a convicção pública de que, na generalidade, o Poder é impotente, que a guerrilha atingiu a impunidade e que o Poder, além de opressivo, é repressivo (nos casos em que não é impotente...). Esta fase é decisiva, dado que, de certa forma, coloca já a subversão armada em superioridade sobre as forças da ordem constituída. Consolida-se a organização, intensificam-se e generalizam-se as acções violentas, completa-se o estabelecer de estruturas político-administrativas e procura-se dominar algumas áreas do território. A invocação das Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949 e respectivos Protocolos Adicionais I e II de 8 de Junho de 1977 são frequentes, pois cumprindo as normas aí estabelecidas conseguem, pelo

menos em teoria, adquirir o estatuto de “Alta Parte Contratante” no quadro do desafio que formula ao Poder. Aproxima-se por conseguinte do quadro de uma guerra convencional, pois este a “promove” à *violência legítima*, monopólio do Estado. A guerrilha pode mesmo concorrer com o Estado quando consegue criar as designadas “áreas libertadas”, onde exerce o Poder. A guerrilha para sobreviver necessita sempre do apoio das populações, seu objectivo, meio e ambiente, procurando actuar no seio do povo como o peixe na água, para usar o princípio de Mao; carece ainda de um “santuário” em território vizinho. **Terrorismo** – Entre 1936 e a actualidade encontramos mais de 110 definições de terrorismo. Habitualmente, a definição do conceito de terrorismo tem sido situada no quadro da marginalidade violenta, em consonância com as matrizes éticas do Estado tradicional e com a legitimidade do seu aparelho político, administrativo, de segurança e defesa. A necessidade de preservar tais matrizes, de conter a acção desestabilizadora do terrorismo e de responder aos desafios desse contra-poder, têm-no remetido para um plano marginal, de delinquência comum, que não oculta, porém, as coincidências dos seus objectivos com as finalidades que, tradicionalmente, são atribuídas aos Estados. O terrorismo está mais vocacionado para desgastar o Poder que desafia ou para promover a sua rejeição do que para o derrubar, procurando forçar um comportamento repressivo, logo comprometedor, e demonstrar a constrangedora ineficácia da prevenção [33]. Tal como a guerrilha, e para além da espectacularidade dos efeitos das suas actuações (concepção e execução dos actos materiais em si mesmos), procura a ressonância publicitária junto da opinião pública, bem como os efeitos psicológicos causados nos alvos (população ou força). O terrorismo, que é uma entidade protoplásmica [34], desterritorializada e por vezes acéfala, começa a ocupar lugar de destaque na actividade política, sensivelmente a partir do início dos anos de 1970. Foi no entanto após o 11 de Setembro, nos EUA, que a noção de terrorismo foi alterada qualitativamente e este assumiu posturas radicais. Deixou de ser um fenómeno de natureza nacional ou regional, como o IRA ou a ETA e assumiu uma escala internacional, adquirindo uma categoria transnacional. Sofreu também uma alteração qualitativa e passamos a falar do cyberterrorismo, do bioterrorismo, do ecoterrorismo, e do terrorismo químico e mesmo nuclear. Este poder errático, na expressão de Adriano Moreira [35], funciona com critérios políticos, nacionais, culturais e religiosos próprios e sempre na clandestinidade. Pode ser considerado como uma “guerra” não convencional, desencadeada de forma unilateral, sem qualquer aviso e que lança na contenda duas diferentes entidades (móvel e grupal – o terrorismo –, territorial e com população – o Estado), com fins políticos ou político-religiosos, que, em regra e numa primeira instância, recusa a intermediação, a arbitragem e a negociação [36]. John Andrade [37], na obra *Acção Directa. Dicionário de Terrorismo e Activismo Político*, apresenta uma tipologia dos terrorismos como: a) Movimento sem verdadeira retaguarda de massa, casos havendo em que os actores/militantes praticamente se representam apenas a si mesmos; b) Movimentos com variável densidade política e sociológica, recebendo eventualmente apoios de Estados; c) Práticas de Estados sobre as próprias populações, d) Práticas secretas de Estados no plano internacional, com uso de meios humanos próprios sob cobertura, recurso a grupos terroristas manipulados, ou emprego de “diplomacias coercitivas” tanto sobre outros Estados como sobre pessoas colectivas e individuais. A situação mais perigosa, é aquela em que o terrorismo não está directamente ligado a um ou mais Estados, mas se configura com organizações autonomizadas, dotadas de meios importantes, e cuja trajectória político-operacional é, do médio prazo para diante, uma incógnita [38].

Guerras Identitárias – Este conceito complexo é frequentemente apontado como estando na origem de guerras. Com o fim da guerra fria esgotou-se o instrumento de construção de uma identidade colectiva [39]. As alteridades entre comunidades e as sequentes afirmações identitárias são apontadas como o detonador para guerras de secessão. **Guerras de Secessão** – Quando um determinado grupo pretende deixar de estar vinculado a uma determinada unidade política e criar a sua própria unidade política. Os motivos podem ser étnico-culturais, económicos, identitários, etc. As motivações podem ser alternativas ou cumulativas. Em princípio nada tem a ver com as guerras da independência anti-colonial, mas de comum têm a afirmação de uma identidade. São inúmeros os exemplos, Chechénia, ex– Jugoslávia, etc. Guerra entre Civilizações - No ano de 1993, Samuel P. Huntington publicou um artigo na *Foreign Affairs* *The Clash of civilizations*, e em 1996 o livro *The clash of civilizations and the remaking of World order* [40], onde define oito tipos de civilizações: ocidental, japonesa, latino-americana, confucionista, islâmica, hindu, eslava ortodoxa e africana. Para Huntington, o pós guerra-fria é caracterizado pelo ressurgimento de fenómenos de identidade e religiosos, frustrados pelo quadro de pensamento herdado do período da confrontação Leste – Oeste [41]. As relações internacionais e a corrosão ideológica tendem, nessa perspectiva, a ser substituídas pelas alianças definidas na Cultura e na Civilização e as guerras já não seriam entre Estados ou alianças, mas entre civilizações. A política global, alterada pela modernidade, reformula-se segundo eixos culturais, sendo o eixo central a oposição entre o Ocidente e o resto do mundo. A contestação a esta teoria vem sobretudo da escola francesa, que a considera demasiado determinista, de onde se destaca a posição de Pascal Boniface, para quem as guerras não são entre civilizações, mas sim dentro destas [42]. Daí também o facto de, por um lado, os governos muçulmanos se cindirem na Guerra do Golfo, e por outro lado, a opinião pública dos respectivos países exprimir desde o princípio a sua oposição ao Ocidente interventor. **Guerra Económica** – Esta

terminologia também não é nova, já Clausewitz considerava que a guerra constituía um conflito de grandes interesses, solucionada através do sangue e por isso seria melhor compará-la, "(...) mais do que a qualquer arte ao comércio, que também é um conflito de interesses e de actividades humanas (...)" [43]. As guerras sempre tiveram uma dimensão económica, quer nas suas origens, quer nas consequências. A guerra económica é desenvolvida pelos Estados, organizações de Estados ou empresas para conquistar mercados, ou seja com fins essencialmente económicos, mas pode também ser apenas um instrumento para alcançar um objectivo político e militar. Hoje em dia já não são os blocos ideológicos e políticos que se enfrentam no mundo, mas sim os Estados ou os blocos geo-económicos, concorrentes ou mesmo rivais [44], podemos mesmo considerar esta guerra como uma das principais formas de conflitualidade moderna, na expressão de Edward Luttwak. Num mundo em que o combate se trava na esfera económica, os Estados ou empresas precisam de desenvolver os seus sistemas de *intelligence*, já não só voltados para a segurança, mas e sobretudo para a economia, para os mercados e para a competitividade. **Guerra Psicológica** – Este tipo de guerra serve-se da arma psicológica, ou seja, utiliza um conjunto de processos ou meios que se destinam a influenciar as crenças, os sentimentos e as opiniões da população, das autoridades e das forças armadas, por forma a condicionar e manipular, assim, o seu comportamento [45]. A sua utilização será, logicamente, complementar a qualquer outro tipo de guerra. **Guerra de Informação** – Entendemos por guerra de informação "(...) tudo o que se possa efectuar para preservar os nossos sistemas de informação, da exploração, corrupção ou destruição enquanto simultaneamente se explora, corrompe ou destrói os sistemas de informação adversários, conseguindo obter a necessária vantagem de informação (...)" [46]. Este é o vector moderno da guerra psicológica e da subversão tradicional [47]. As guerras de informação são as guerras típicas da terceira vaga, pois no campo de batalha de hoje, o mais importante é o domínio da informação, mais precisamente, o acesso, o controlo e o respectivo processamento com o objectivo de obter a sua transformação em conhecimento e depois partilhá-lo. A ordem de batalha nestas guerras desenvolve-se em volta de acções RISTA (Reconnaissance, Intelligence, Surveillance and Target Acquisition) e das armas LRPV (Long Range Precision – Guided Munitions). Estas armas permitem as intervenções cirúrgicas com baixas zero, ou quase zero. O novo campo de batalha será dominado por um sistema de sistemas, com base no C4ISR (Command, Control, Communications, Computer, Intelligence, Surveillance and Reconnaissance), constituindo uma 5ª dimensão da guerra [48], onde a manobra informacional se sobrepõe, e por vezes substitui a manobra do terreno. Estas guerras implicam um domínio ou mesmo uma supremacia das comunicações e, na maior parte dos casos, do espaço exterior, como a quarta dimensão da guerra. **Guerra das Representações** – Alexandre Del Valle, geopolítico francês, apresenta-nos este novo conceito de guerra das representações, cujo propósito é: "(...) forjar interpretações subjectivas, por vezes falaciosas, dos acontecimentos, tem como objectivo legitimar tal ou tal campo, tal ou tal causa, produzindo nos públicos alvo, em função da sua receptividade e referências culturais, os efeitos emocionais e psicológicos previstos (...)" [49]. Esta realidade virtual é necessária quando a realidade efectiva contradiz os imperativos estratégicos de momento [50]. Para este autor os guerreiros da informação, aprendem a implantar falsas realidades e a induzir movimentos psico-culturais e políticos [51], em prol de determinados interesses nacionais. A guerra das representações é no fundo uma nova tipologia para a tradicional guerra psicológica, a que acrescenta modernos meios tecnológicos de apoio. **Guerra do Espaço** – Hoje o espaço já não é só quarta dimensão do campo de batalha; já se começa a falar num nova dimensão geopolítica - o cyber-espaço [52]. No futuro quem dominar o espaço domina o mundo, não se trata apenas da sua utilização para fins militares, mas da sua militarização [53]. Para António Telo "(...) num horizonte ainda algo longínquo o próprio espaço pode ser utilizado como centro barato para colocar sistemas activos de intervenção global baseados em novos tipos de energia (...)" [54]. **Cyberguerra** - Parte integrante da guerra electrónica que envolve a utilização de todas as "ferramentas" disponíveis, ao nível da electrónica e da informática, para derrubar os sistemas electrónicos e as comunicações do "inimigo/adversário" e manter os nossos próprios sistemas operacionais [55]. **Guerra Preventiva** – Consiste no assumir da iniciativa e atacar primeiro que o inimigo identificado, beneficiando do factor surpresa e aproveitando uma oportunidade que lhe confira um qualquer tipo de superioridade. Um bom exemplo de uma guerra preventiva foi o desencadear da 1ª Guerra Mundial por parte da Alemanha; o plano *Schliffen* teve de ser accionado em 1914, pois em 1916 seria tarde demais. Em vez de uma frente de batalha, os alemães teriam de enfrentar duas frentes, uma com a França e a outra com a Rússia. Esta terminologia está hoje em voga, pois a administração norte-americana tem-na utilizado como justificativo da sua guerra contra o terrorismo internacional. **Guerra Religiosa** – Guerras desta ordem podem surgir quer entre quer no respectivo interior de sociedades de tendências promotoras de laicismo e outras de confessionalismo. Esta situação será exponenciada se existirem interesses concorrentes tanto internos como projectáveis no exterior. Na rica região do Cáucaso e da Ásia Central temos o exemplo da Turquia em si mesma e face à Arábia Saudita e ao Irão. Segundo Amaro Monteiro, podem também eclodir guerras entre "(...) culturas e grupos culturais portadores de comportamentos rígidos, com características ou práticas susceptíveis de influenciar massas consideráveis, como acontece com o Hinduísmo militante, o Judaísmo ultra-ortodoxo, o Evangelismo fundamentalista, a

seita da “Verdade Suprema” e outras organizações de vocação similar (controlo da sociedade por uma “elite”) (...) [56] ; ou ainda entre o Ocidente cristão e o Islão que, mesmo se não assumido na “Charia” como expressão cultural/transcendente de Estado, transporta nos conteúdos jurídicos de moderna estruturação formal e nos sedimentos do subconsciente colectivo um apelo da Comunidade Eleita que requer aquela Referência indeclinável. Tese/antítese óptima como alibi de agressões [57]. A religião pode-nos surgir, normalmente surge, como uma reivindicação encoberta de outra mais vasta, a política. **Guerras de Terceiro Tipo** - Kalevi Holsti, tipifica as guerras em institucionais, totais e, no seguimento de Edward Rice [58], surge como defensor das guerras de terceiro tipo, que predominam no sistema internacional desde 1945, e que são guerras fundamentalmente acerca das pessoas [59]. É uma guerra sem frentes, sem campanhas, sem bases, sem uniformes, sem pontos de apoio, sem respeito pelos limites territoriais; não tem nem uma estratégia nem uma tática definida. As suas “virtudes” estão na inovação, na surpresa e na imprevisibilidade, empregando por vezes o terror (limpeza étnica, massacre, rapto, etc.), onde o estatuto de neutralidade e a distinção civil militar desaparecem. A população, tal como nas guerras subversivas, desempenha um papel fundamental, é o apoio de retaguarda logístico, em *intelligence* e ao mesmo tempo fonte de recrutamento. Por outro lado também é o alvo principal. Nas guerras de terceiro tipo houve uma desvinculação do estatal, já não há a associação aos interesses nacionais, mas às pessoas, estas são as maiores vítimas. As baixas são sobretudo civis, em África, só na década de 80 foram 3 milhões, e em 1994, como resultado destas guerras de terceiro tipo, segundo a cruz vermelha, havia 23 milhões de refugiados, 26 milhões de deslocados. A tendência aponta para que as guerras persistam entre Estados pequenos e fracos (em termos de legitimidade e de eficácia) ou em países menos desenvolvidos do que envolvendo as grandes potências. **Guerras Novas** – Este conceito foi introduzido por Mary Kaldor [60] na sua obra *New and Old Wars – Organized Violence in a Global Era*, de 2001. A autora considera um novo tipo de violência organizada, pós queda do muro de Berlim e que pode ser descrita como uma mistura de guerra, crime organizado e violação massiva dos Direitos Humanos, e apresenta-nos como melhor caso de estudo a guerra na ex-Jugoslávia. As guerras novas e num futuro não muito distante, devido a uma crescente dificuldade de recrutamento, terão uma componente de forças privadas muito significativa, e os combatentes estatais ou não estatais, possuirão uma organização menos hierarquizada, com um comando e controlo mais descentralizado, com diversos centros de gravidade; serão os combatentes pós-moderno [61]. **Guerra e Crime Organizado** – Para Steven Metz, a combinação entre a guerra e o crime organizado constitui uma guerra de zona cinzenta, que vê hoje a sua importância estratégica acrescida. As guerras de zona cinzenta envolvem um inimigo ou uma rede de inimigos, que possui importância política significativa e uma capacidade de planeamento ao nível estratégico e de condução de conflitos armados, tendo como principal objectivo o lucro [62]. A guerra de zona cinzenta também pode ser considerada como uma guerra latente ou indefinida e pode ser *estratégica*, quando dinamizada por uma organização ou rede de organizações, tendo os seus objectivos muito bem definidos, recorrendo à violência de forma incisiva e temporizada; pode ser considerada *não estratégica* [63], se concretizada entre grupos armados, *bandenkriege* (guerra de bandos), entre guerrilhas sem ideologia, no reino dos senhores da guerra e sobretudo num ambiente de impunidade. As organizações criminosas transnacionais, que não hesitam em utilizar a violência, geram anualmente entre 34 a 57 biliões de euros, reciclando, segundo Xavier Raufer e Alain Bauer, cerca de metade na economia mundial [64]. Entre as suas actividades incluem-se o tráfico de indivíduos inteiros (imigrantes clandestinos) ou aos bocados (órgãos humanos), de droga, de armas, de componentes electrónicos sensíveis, de pedras preciosas, a extorção, etc.. O crime organizado aparece com frequência ligado à guerra civil. O tráfico de estupefacientes aparece-nos relacionado com 35 conflitos regionais. As guerrilhas da América Latina, do Afeganistão, Líbano, Curdistão, etc., servem-se dele para financiamento das suas actividades. **Guerra Limpa** – Face à esmagadora superioridade tecnológica as baixas tendem a ser zero, ou quase zero, pelo menos de um dos lados. O objectivo agora é não o aniquilar, mas imobilizar, controlar e reconfigurar o seu comportamento. No fundo como Sun Tzu, "(...) subjugar o inimigo sem o combater (...)" [65], por forma a criar um novo ambiente político com perdas controladas, mesmo para o In, evitando reacções negativas da opinião pública. Edward Luttwak [66] define-a como pós heróica, pois a força pode ser empregue sem o risco de perdas de vida. **Guerra Assimétrica** – Hoje as guerras desenvolvem-se num mundo assimétrico, com fortes desequilíbrios qualitativos. A superioridade tecnológica dos meios militares ocidentais, e principalmente americanos, induz qualquer adversário a refugiar-se em respostas assimétricas, socorrendo-se de métodos tradicionais, por vezes rudimentares (na Somália os tambores), à mistura com meios de alta tecnologia disponíveis no mercado civil (GPS; telefones por satélite, e.mail). É uma guerra sem frentes nem retaguarda, flexível, e que pode expressar a sua violência através de guerrilha, de terrorismo, de guerra informal, de zona cinzenta, de crime organizado, etc. depende muito da imaginação e da força de vontade do adversário. São inúmeros os exemplos, da operação *Restore Hope* na Somália, das operações da KFOR no Kosovo e mais recentemente a operação *Enduring Freedom*, no Afeganistão. O Terrorismo também se pode inserir nesta tipologia. **Guerra Urbana** – O cenário presente e de futuro mais provável. Relembrando recentes conflitos, constatamos que todos eles decorreram em áreas

urbanas ou de predominância urbana, por exemplo: a III Guerra do Golfo, Líbano, Israel/Palestina, Panamá, Bósnia, Kosovo, Somália, Libéria, Albânia, Serra Leoa, Haiti, Timor-leste [67].

Caracterizam-se quanto ao empenhamento operacional de cariz assimétrico, todos eles, com características subversivas associados a uma alta, média, e baixa intensidade. De todas as formas de guerra assimétrica, a guerra urbana pode ser a mais problemática. As cidades onde decorrem estas operações podem-se caracterizar pela existência de um número elevado de refugiados, retornados, altos índices de desemprego, de uma economia paralela, falta de apoio médico, diversidade cultural, étnica, política e religiosa. A proximidade com que grupos distintos, vivem uns dos outros fruto das crises geradas, promove um ambiente de elevada tensão. As áreas urbanas e as populações que nelas se inserem, constituem o centro de gravidade onde hoje, os nossos militares têm que cumprir as missões que a política externa dos seus países lhes atribui. [68]

Nas operações em áreas urbanas deste século vamos assistir a um incremento de utilização de meios não letais e de robótica. A obra de Ralph Peters, *Our Soldiers their cities*, é esclarecedora sobre esta temática [69].

Guerra Informal – Um dos actores é uma entidade não estatal como uma milícia étnica ou um exército rebelde [70]. Será a sucessora dos conflitos de baixa intensidade, caracterizada por um combate próximo, estando os combatentes misturados com a população, que utilizam como escudo e, se necessário, como moeda de troca [71]. Os seus objectivos, fluidos, podem visar a secessão, a tomada do poder, o acesso e controlo de recursos. Nestes conflitos é normal a generalização do uso da violência. A guerra informal não será apenas mais comum do que no passado, apenas, mas também estrategicamente mais importante.

Guerra da Água - Esta será a Guerra deste século. Cerca de 80 países, representando cerca de 40% da população mundial sofrem actualmente, de falta de água [72]. Enquanto nos EUA cada habitante pode contar com 800 m³ de água dia, no Bangladesh só pode contar com 6 m³, e 25% da população mundial não tem sequer acesso a água potável. A crescente escassez da água está, por exemplo, provocando na Argélia o constante afluxo demográfico sobre a linha do litoral fértil. No médio Oriente, no constante conflito israelo-árabe a disputa também se faz pelo acesso e controlo da água dos Montes Goulã. Perto de 40% da população mundial vive nas bacias hidrográficas dos 214 principais rios mundiais que por seu lado são partilhadas por mais de um país. A partilha de recursos hídricos representa uma situação indutora de violência relacionada com a água. Os 261 rios mais importantes, cobrem cerca de 45% da superfície da Terra. Cerca de 145 países têm uma parte do seu território numa bacia hidrográfica e 33 deles tem mais de 95% do seu território no interior dessa bacia. Dos principais 214 rios partilhados: 155 são entre dois países, 36 entre três países e os restantes 23 entre 12 países. Para termos uma ideia mais precisa, o Danúbio corre através de 17 entidades políticas diferentes; o Congo e o Niger são partilhados por 11 países. Dondei rapidamente se conclui quão difícil se torna gerir um recurso por vezes tão d [73].

Guerra de fluxos migratórios – Nesta tipologia podemos incluir tudo o que implique movimentos de populações, como as migrações de trabalho, os refugiados e os deslocados. A passagem para o Ocidente próspero, tantas vezes apenas em busca de uma miséria “dourada”, tornou-se obsessiva para milhões de pessoas. Porém nem sempre tudo corre como esperado e muitos acabam por ingressar ou alimentar a teia das clandestinidades, desde as do expediente para sobrevivência às da redenção violenta da miséria (por manipulação de uma *cultura do ressentimento*).

Guerra entre países desenvolvidos e os países sub ou em desenvolvimento – As desigualdades de desenvolvimento não são um fenómeno novo. Apesar dos discursos sobre a Nova Ordem Económica Internacional, o fosso entre países ricos e pobres tem-se acentuado, e a tendência é para se agravar ainda mais. O crescendo de desigualdades entre sociedades que podemos considerar ainda “conformistas”, com baixo rendimento *per capita*, altos níveis de desemprego, de analfabetismo e iliteracia, quando perante os contrastes oferecidos (sobretudo via novas tecnologias de informação) por sociedades “não conformistas” que se “indexaram” ao Ocidente (ex-colonizador ou não), conduz a inevitáveis tensões.

As Guerras RMA/C [74] - A RMA está sobretudo ligada aos grandes poderes, nomeadamente aos EUA e seus aliados e “(...) surge como uma forma possível de um grande poder vergar a vontade de outro menor com recurso à violência militar, dentro de limites políticos, éticos e estratégicos aceitáveis pela comunidade internacional. A necessidade de conter a violência dentro de limites aceitáveis é essencial (...)” [75]. Esta é uma guerra típica das sociedades de terceira vaga, que se caracteriza pelas zero baixas de um dos lados, pela alta tecnologia, sobretudo na área da informação, pelas armas inteligentes [76], pela civilização (civil quanto possível, militar quanto necessário), pelo domínio do aeroespacial e pelas novas tácticas e orgânicas das unidades e conceito das operações [77]. É também uma guerra distante, sendo o poder que está na defensiva castigado e impotente a uma resposta [78], mas distante também no comando e controlo [79], onde os *media* e a informação sobre a guerra desempenham um papel primordial. Podemos dizer que é em certo sentido, uma **guerra subversiva** feita pelos grandes poderes na Era da Informação [80].

O factor tempo marca a grande diferença entre as guerras tecnológicas actuais e as guerras subversivas tradicionais. Estas actuam por lassidão, prolongam-se no tempo, a medida são os anos, factor essencial para obter resultados. Nas guerras RMA/C a duração em termos de uma acção militar intensa é muito curta – semanas - e é importante que assim seja por razões políticas. Isto não quer dizer que depois para estabilização da situação a presença militar não se arraste por

vários anos [81]. Os Toffler estão associados aos defensores da RMAC [82], e Mary Kaldor, com uma visão liberal das Relações Internacionais, rompe com o modelo que considera tradicional de relacionar as guerras actuais com a RMA, defendendo que a revolução está nas relações sociais da guerra, não na tecnologia, mesmo que aquelas sejam influenciadas por esta. **A Guerra como Política** - As guerras de hoje já não correspondem à classificação clássica do prussiano Clausewitz de “continuação da política por outros meios”. Na verdade, hoje aquela máxima inverteu-se: a Política, sim, passou a ser a continuação/diversificação do estado de guerra. Para Edward Luttwak [83] a guerra pode mesmo resolver conflitos políticos e conduzir à paz; no fundo **a guerra é uma forma de política** [84]. António Telo considera mesmo que **hoje a guerra é a forma superior da política** [85]. “Superior” apenas porque mais exigente, pelo que obriga a cuidados especiais e uma elaboração do pensamento mais complexa. O normativismo internacional sobre a guerra, iniciado com Stº Agostinho (séc. V), continuado mais tarde por São Tomás de Aquino (séc. XIII), até à legislação dos finais do séc. XX, ainda existe, mas ninguém lhe confere muita importância, pois estava também associado às guerras entre Estados. Com esta alteração, os Estados, entidades e mesmo os indivíduos já não sentem a necessidade de assumir posições claras perante os conflitos, assim como também já não sentem a necessidade de adoptar o amplo normativismo internacional criado para conter ou limitar a guerra e os seus efeitos [86]. Nos conflitos da última década, não houve qualquer declaração formal de guerra ou de neutralidade feita por um único Estado, assim como também não houve qualquer tratado de paz formal. A maior parte dos Estados ou entidades limitou-se a definir uma política geral perante o recurso à força militar, que variava ao longo do tempo [87]. No Kosovo, **optou-se pela legitimidade pelo exercício, bombardeou-se primeiro, só depois se alterou o Conceito Estratégico da OTAN**. Uma das mais importantes implicações desta mudança qualitativa de conceito de guerra, é a ligação entre o político e o militar, a pontos do próprio comando militar aos mais diversos níveis se preocupar principalmente com a actuação política [88]. Pascal Boniface surge em 2002 com a sua obra *Guerras do Amanhã*, onde adopta uma terminologia que consideramos mais adaptada às formas de guerra do que a uma tipologia de guerra em si mesma. Esta obra acrescenta à tipologia aqui apresentada, as guerras: de diáspora, da fome, do petróleo, do ambiente. Este autor relaciona ainda a guerra com o Futebol e o Turismo. **Conclusão** Neste breve ensaio, cientes que são inúmeros os critérios de abordagem e de classificação do fenómeno social da Guerra, procurámos apenas caracterizar algumas possíveis e novas tipologias. Num mundo em que o papel do Estado entrou em crise face a outros actores do Sistema Internacional, e onde as guerras tendem a ser cada vez mais infra-estaduais, o tradicional espectro da guerra na sua essência permanece actual. As guerras, que no futuro serão cada vez mais assimétricas, informais, de zona cinzenta e mesmo privatizadas, continuarão no entanto a ser ou internas ou internacionais, mesmo que a linha de fronteira seja difusa. Para que o pensamento único sobre a fenomenologia da guerra seja posto de lado e se alarguem os horizontes para análises futuras, aconselhamos aos leitores da Revista uma leitura atenta da História Militar, pois a guerra, ou antes, a Violência Global, é uma constante histórica que persistirá. **BIBLIOGRAFIA** · ADAMS, James, *The next World War: the warriors and weapons of the new battlefields in cyberspace*. Hutchinson, London, 1993. pp. 149-183. · ANDRADE, John, *Acção Directa - Dicionário de Terrorismo e Activismo Político*, Hugin Editores, Lisboa, 1999. · ARON, Raymond, *Paix et Guerre Entre les Nations*. Paris: Calmann-Lévy, Collection “Liberté de L’esprit”, 1988. · BAUER, Alain e RAUFER, Xavier, *A Globalização do terrorismo*, Lisboa, Prefácio, 2003. · BLOCH, Ivan, *The future of war*, New York, Doubleday and McClure, 1998. · BOUTHOL, Gaston, *Traité de Polemologie – Sociologies des guerres*, Paris, Payot, 1991. · BOUVET, Beatrice e DENAUD, Patrick, *Les guerres qui menacent les mondes*, Paris, Editions de Félin, 2001. · CARRIÇO, Manuel, *Os novos desafios político-militares dos conflitos assimétricos*, In Revista Militar n.º 8/9, Agosto/Setembro 2002, pp. · Comissão de Estudos das Campanhas de África, *Subsídios para o Estudo da doutrina aplicada nas campanhas de África (1961-1974)*, Lisboa, Estado Maior do Exército, 1994. · DELMAS, Claude, *A Guerra Revolucionária*, Lisboa: Publicações Europa-América, 1975. · CLAUSEWITZ, Carl von, *Da Guerra*, Ed. Prespectivas e Realidades, Lisboa, 1976. · COUTO, Abel, *Elementos de estratégia- Apontamentos para um curso*. Pedrouços: Instituto de Alto Estudos Militares, 1989. Vol. II. · CREVELD, Martin van, *The transformation of War*, New York, The Free Press, 1991, p. 142-3 · DILEGGE, David P., “Urban Analysis – A Need at All Levels of Operation and Command And Particularly for Marine Expeditionary Forces”, , Center for Army Lessons Learned. <http://call.army.mil> · ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO, *O Exército na guerra subversiva*, Lisboa, Regulamento, I Generalidades, 1966, · GELLER, Daniel e SINGER, David *Nations at War – A Scientific Study of International Conflict*. Cambridge, Cambridge University Press, 1998. · GEORGE, Alexander, HALL, David, SIMONS, Williams, *The Limits of Coercive Diplomacy*, Boston, Little, Brown, 1971. · HOLSTI, Kalevi, *The State, war, and the State of War*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996. · JOMINI, Baron de, *Tableau analytique des principales combinaisons de la guerre et de leur rapports avec la politique des États*, Paris, 1830. · JOMINI, Baron de, *Précis de L’Art de la Guerre*, Paris, 1938. · KALDOR, Mary, *New and Old Wars – Organized Violence in a global era*, Stanford University Press, 2001. · LAIDI, Zaki, *Um mundo privado de sentido*, in, Nação e Defesa n.º 87, Outono 98, 2ª Série, Lisboa, pp. 75 – 128. · LARA, Sousa A *Subversão do Estado*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências

Sociais e Políticas, 1987. · LEVY, Jack, *War in the Great Power System, 1495 – 1975*, The University of Kentucky, 1983. · LEVY, Jack, *Size and Stability in the modern Great Power System*. International Interactions 11, pp. 341-358. · LUTTWAK, Edward, *Towards post-heroic warfare*, Foreign Affairs, volume 74, n.º 3, May, June 1995. · LUTTWAK, Edward N.: *Give War a Chance*, Foreign Affairs, July/August 1999. · MARCHUETA, Regina, *Considerações sobre o fenómeno do Terrorismo*, in livro de Homenagem ao General Pedro Cardoso, Lisboa, Prefácio, 2003 (no prelo). · METZ, Steven, *Armed conflict in the 21st Century: The information Revolution and Post-modern warfare*, Strategic Studies Institute, US Army War College, 2000 · MONTEIRO, Amaro, *O Islão, o Poder e a Guerra (Moçambique 1964-1974)*, Porto, Portucalense, 1993. · MONTEIRO, Amaro, *Cerca do milénio – A violência global*. Porto: Curso de pós-graduação, Universidade Portucalense, 1999/2000. · MONTEIRO, Amaro, *Sobre a distinção entre Guerrilha e Terrorismo*, Comunicação apresentada no âmbito do Seminário Terrorismo: o combate nacional e transnacional, realizado no Convento da Arrábida, 4 e 5 de Julho de 2002. · MOREIRA, Adriano, *Poder Funcional – Poder Errático*, Separata da Revista NAÇÃO E DEFESA, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, Out./Dez., n.º 12, s/a. · MUCHIELLI, Roger, *La Subversion*. Paris, CLC, 1976. · NUNES, Viegas, *A Guerra da Informação*, in Revista Militar, número especial, Congresso Internacional da Imprensa Militar, 13 a 16 de Setembro de 1999, Lisboa. pp. · O'HANLON, Michael, *Coming conflicts, interstate war in the next milenium*, Harvard International Review, Verão de 2001. · OLIVEIRA, Hermes de Araújo, *A Guerra Revolucionária*. Lisboa, Ministério do Exército, 1961. · PEARSON, Frederic e ROCHESTER, Martin, *International Relations – The global condition in the twenty-first century*, New York, McGraw-Hill, 1997. · PEARSON, Frederic e ROCHESTER, Martin, *International Relations – The global condition in the twenty-first century*, New York, McGraw-Hill, 1997. · PEREIRA, Carlos Santos, *A RAM: realidade e utopia*, in, Nação e Defesa n.º 104, Primavera de 2003, 2ª Série, Lisboa, pp. · RICE, Edward, *Wars of the Third Kind: Conflict in Underdeveloped Countries*. Berkeley, University of California Press. 1988. · SANTOS, Sérgio, *A Geopolítica da Água*, Dissertação de Mestrado em Estatégia, Lisboa, ISCSP, 16 de Novembro de 2002. · SCHELING Thomas, *Arms and influence*, New Haven, Yale University Press, 1966. · SINGER, David e SMALL, Melvin, *The Wages of War 1816-196*, New York, 1972. · SINGER, David, *Quantitative International Politics: Insights and evidence*, New York, The free press 1968. · SOROKIM, Pitirim, *Social and cultural Dynamics: Fluctuations of social relationships, War, and Revolution*, (Vol. 3). New York, American Books, 1937. · TELO, António, Reflexões sobre a revolução militar em curso; in, Nação e Defesa n.º 103, Outono -Inverno 2002, 2ª Série, Lisboa. pp. 211-249. · TOFFLER, Alvin e Heidi, *Guerra e anti-Guerra*, Lisboa, Livros do Brasil, 1994. · TZU, Sun, *A Arte da Guerra*. Lisboa: Editorial Futura, 1974. · US Army War College, *Future warfare anthologie*, Maio de 1999. · VALLE; Alexandre del, *Guerras contra a Europa – Bosnia, Kosovo, Chechenia...*, Lisboa, Hugin, 2001. · WRIGHT, Quincy, *A study of war*, Chicago, University of Chicago, 1942.